

1
2
3
4
5
6
7

**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
E AGRICULTURA FAMILIAR – CEDRAF**

ATA DA 104ª REUNIÃO DO CEDRAF REALIZADA EM 29/11/2023

Agenda da Reunião:

ITEM	HORA	ASSUNTO	RESPONSÁVEL
1	8.30	Credenciamento	Miriam Fuckner – Secretária Executiva
2	9.00	Abertura e Aprovação da pauta	Richardson de Souza – Diretor-Geral da SEAB
3	9.10	Aprovação da Ata da 103ª Reunião	Richardson de Souza – Diretor-Geral da SEAB
4	9.20	Apresentação do PROATER – PR	Hur Ben Correa da Silva – Coordenador da Câmara de ATER
5	10.00	Apresentação do Subprograma de Ater no Cooperativismo da Agricultura Familiar	Marcos Maciel – Área de Organização do IDR-Paraná
6	10.30	Diagnóstico e Proposta para o PRONAF	Leila Aubrift Klenk – Escritório do MDA no Paraná
7	11.00	Informes da Secretaria da Agricultura e Abastecimento	Richardson de Souza – Diretor-Geral da SEAB
8	11.30	Assuntos Gerais	Richardson de Souza – Diretor-Geral da SEAB
9	12.00	Encerramento	Richardson de Souza – Diretor-Geral da SEAB

8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38

Aos vinte e nove dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, realizou-se a Centésima Quarta reunião do CEDRAF, na modalidade presencial com transmissão através do *You Tube*, sendo aceita a participação de conselheiros através desta plataforma, com presença registrada em lista de presença através do *Google Forms*, bem como a assinatura no Livro de Presenças das reuniões presenciais do conselho. **Item 1. Credenciamento:** Estiveram presentes cinco conselheiros na modalidade presencial e seis conselheiros na modalidade *on line*, totalizando a participação de onze conselheiros, sendo seis conselheiros representantes do poder público e cinco conselheiros da sociedade civil. **Conselheiros da Sociedade Civil:** Claudine Dinali Santos Seixas – Câmara de Agroecologia e Agricultura Orgânica; Bernardo Vergopolen – FETRAF; Salatiel Turra – OCEPAR; Thaile Cristina Lopes Vieira – CEAGRO; Olcimar Rosa – CCA; **Conselheiros do Poder Público:** Diniz Dias Doliveira – IDR-Paraná; Guilherme Schnell e Schühli – EMBRAPA, Michele Cristina Oliveira – SEDEF, Rodrigo Grochoski - CONAB; Leila Aubrift Klenk – MDA/Escritório Estadual PR, João Geraldo Barros – Ministério da Pesca e Aquicultura. Participaram como convidados: Richardson de Souza – Diretor-Geral da SEAB, Hur Ben Correa da Silva – Câmara de ATER, Valmor Luiz Bordin – CONAB e Valter Bianchini – FAO Sul. **Justificou a ausência** a SEPL. **Item 2. Abertura e aprovação da pauta:** O Diretor-Geral da SEAB, Richardson de Souza indicado pelo Presidente do CEDRAF Norberto Ortigara para representá-lo nesta reunião, fez a abertura e apresentou a pauta, a qual foi aprovada. **Item 3 – Aprovação da ATA da 103ª Reunião** que foi enviada anteriormente por meio eletrônico foi aprovada sem alterações. **Item 4 – Apresentação do PROATER – PR, Hur Ben Correa da Silva**, Coordenador da Câmara de ATER atualizou os conselheiros sobre o andamento da elaboração do PROATER, apresentando a estrutura do documento, as prioridades e diretrizes definidas, duração, cronograma, recursos e gestão, bem como os subprogramas entre outros. Destaca que os procedimentos realizados para a elaboração do PROATER foram aprovados no CEDRAF. O documento está estruturado de forma a apresentar o diagnóstico rural paranaense, ressaltando uma realidade dual, que por um lado apresenta um desenvolvimento dinâmico com agricultura de commodities, mas, por outro lado, um setor menos tecnológico e com menor acesso ao mercado. Desta forma conclui-se que a realidade rural do Paraná requer um papel importante da ATER (pública e privada) na redução das desigualdades, superando gargalos, criando oportunidades para a população rural em situação de vulnerabilidade e criando referências para a agricultura dinâmica, visando o desenvolvimento rural sustentável do Estado. Foram priorizados pelo CEDRAF os subprogramas de Ater para o Cooperativismo da Agricultura Familiar, Ater para Agroecologia e Ater para o Crédito, tendo como

39 público prioritário mulheres e juventude da agricultura familiar, porém o PROATER deverá avançar
40 com outros Subprogramas. **Item 5 – Apresentação do Subprograma de Ater no Cooperativismo**
41 **da Agricultura Familiar, Marcos Maciel**, da Área de Organização do IDR-Paraná, relatou os
42 procedimentos realizados até chegar na proposta apresentada, que é resultado de muito debate e
43 encaminhamentos realizados na Câmara de ATER do CEDRAF. **Marcos** apresentou o documento,
44 contendo a justificativa, potencialidades e desafios, dados da realidade do cooperativismo no Paraná
45 e da ATER para este segmento. Faz destaque para o Programa Estadual COOPERA, que apoia o
46 cooperativismo através do repasse de recursos para o fortalecimento das organizações. Apresenta
47 vários dados e informações que caracterizam a realidade deste setor organizacional no estado,
48 concluindo que além de recursos financeiros, as organizações necessitam de Ater nas áreas de
49 administração, gestão, governança, comercialização, além de assistência técnica aos associados
50 para a produção e processamento. A partir da análise desta realidade, foram elaboradas as propostas
51 do Subprograma de Ater no Cooperativismo, sendo identificada a área de abrangência, as estratégias
52 de ação, a metodologia, definição do público, recursos, monitoramento e fiscalização. **Hur Ben**
53 ressalta que o subprograma tem a meta de atender cinquenta por cento das cooperativas. Aponta a
54 necessidade de o plenário se manifestar em relação ao PROATER e subprograma de cooperativismo,
55 o que possibilitará a organização do serviço de ATER no Paraná. **Richardson de Souza** ressalta que,
56 através do Programa Coopera Paraná, o sistema de agricultura está trabalhando com duzentos e
57 quatorze organizações, envolvendo mais de setenta e dois milhões de reais e que está finalizando a
58 análise dos projetos que se candidataram através do último edital, sendo que ainda hoje serão
59 divulgados os resultados. **Bernardo Vergopolen** manifesta que as ideias que foram debatidas e
60 aprovadas nas várias reuniões da Câmara de ATER estão contempladas nas propostas apresentadas
61 e reforça a valorização da base territorial como uma questão importante. Reforça a demanda para o
62 custeio das despesas dos conselheiros representantes organizações da sociedade civil, que se
63 deslocam para participar das reuniões do CEDRAF. **Richardson de Souza** coloca o PROATER e o
64 Subprograma de Cooperativismo para apreciação do plenário, o que é aprovado por unanimidade,
65 tanto pelos conselheiros que estão participando da reunião de forma presencial, quanto dos que
66 participam de forma remota, se manifestando através do chat. **Item 6 – Diagnóstico e Proposta para**
67 **o PRONAF: Leila Aubrif Klensk** representante do MDA no Paraná, comenta que está percorrendo
68 muitas comunidades rurais no Paraná, assim como dialogando com as organizações da agricultura
69 familiar e o assunto recorrente é o acesso ao PRONAF, especialmente pelas populações em maior
70 vulnerabilidade, mulheres e jovens. Informa que elaborou e encaminhou um documento para o MDA
71 em Brasília a respeito das suas percepções sobre o assunto. Apontou os desafios mais comuns
72 encontrados no acesso ao PRONAF no que diz respeito ao financiamento por culturas e centrado em
73 normativas bancárias, destacando que esta forma de operacionalizar o crédito não atende as
74 necessidades de financiamento das principais cadeias produtivas da agricultura familiar, quilombolas,
75 assentados e pescadores artesanais. Em relação ao PRONAF Agroecologia, embora o Plano Safra
76 libere o financiamento para áreas em transição e sistemas agroecológicos ao apresentar a proposta
77 de custeio o banco solicita para definir uma cultura desconsiderando um sistema de produção com
78 múltiplas culturas, mesmo que no Manual de Crédito Rural conste o financiamento de “cesta de
79 produtos”, mas isto fica inviabilizado pelas exigências impostas. O agricultor que produz sementes
80 crioulas ou planta com sementes crioulas fica prejudicado e não consegue financiamento, pois as
81 determinações técnicas as excluem do “pacote” tecnológico aceito pelo banco. Outros aspectos foram
82 citados como limitações do PRONAF que necessitam ser revisados e atualizados para aprimorar a
83 política, entre eles o acesso ao crédito limitado ao “score” do agricultor no banco, a necessidade de
84 documentação da terra, dificultando o acesso ao crédito por aqueles que receberam as áreas por
85 herança, sem documentação, agravando-se ainda mais no caso de quilombolas, filhos de
86 assentados, indígenas e outros. A exigência de garantia e/ou avalista, prejudica um grande número
87 de agricultores, especialmente os que mais precisam ser incluídos no sistema produtivo ou mesmo
88 que já sejam agricultores familiares tradicionais, mas que não possuem garantias reais. A falta de
89 recursos, na prática, para as linhas Agroecologia, Agroindústria, Jovem, Mulher, Pronaf B. O seguro
90 Proagro que atende, de forma pouco efetiva a produção de grãos, se torna inviabilizado no caso de
91 outras culturas pelas limitações impostas para data de plantio, data de colheita após o plantio e para
92 o pagamento do financiamento após a colheita. No caso de Proagro por CAR, a limitação de cinco
93 coberturas por cadastros prejudica o agricultor que depende de arrendamento de terreno ou mesmo o
94 agricultor que tem a produção diversificada. Em relação à disponibilidade de ATER observa que a
95 oficial vem perdendo extensionistas ao longo dos anos e não tem conseguido orientar o crédito de
96 forma sistêmica a partir de um projeto de desenvolvimento pensado pelo e com o agricultor/a. A ATER
97 privada acaba encaminhando a maioria das propostas, que para serem rentáveis, precisam ser de
98 maior valor, levando ao financiamento de commodities como soja, milho e trigo em sua maioria, sendo

99 que estas culturas ocupam mais de setenta por cento do valor financiado no Paraná. O seguro
100 agrícola é atrelado ao financiamento da produção e cada vez mais o agricultor não consegue acessar
101 o crédito, levando ele a arcar com prejuízos cada vez mais recorrentes em função das mudanças
102 climáticas. A cada frustração de safra, total ou mesmo parcial, ocorre o empobrecimento do agricultor
103 que não financia. Leila conclui que o Pronaf hoje não cumpre mais a proposta de inclusão produtiva.
104 Não atende as necessidades do custeio ou investimento de grande número de famílias de
105 agricultores familiares, assentados, quilombolas e indígenas, deixando-os à margem do sistema de
106 produção agrícola. Apresenta como proposta uma modalidade de financiamento baseado em
107 Financiamento de Sistemas de Produção, desatrelado do sistema bancário e com normativas
108 impostas pelo Manual de Crédito Rural do Banco Central. Sugere que o Governo Federal e/ou
109 Estaduais financiariam, com recursos do BNDS ou outro, o sistema de produção, como por exemplo:
110 sistema de leite a pasto, sistema hortaliças agroecológicas ou orgânicas, sistema hortaliças, sistema
111 fruticultura, entre outros. Cada família faria a opção por um ou dois sistemas. Receberia um recurso
112 bianual que deveria ser pago em faturas semestrais, com juro de dois por cento ao ano. Para receber
113 o recurso, haveria necessidade de comprovar o recebimento de ATER com acompanhamento da
114 aplicação do recurso, que poderia ser usado em múltiplas necessidades da propriedade: sementes,
115 mudas, fertilizantes e corretivos, bioinsumos, pequenos reparos, animais, pequenas máquinas,
116 equipamentos para irrigação, entre outros. Em caso de alguma intempérie climática ou outro
117 problema que impedisse o pagamento, seria realizado um laudo técnico, a dívida seria prorrogada e
118 parcelada, sem juros. À medida que estas famílias vão conquistando maior autonomia financeira,
119 passam para o financiamento do Pronaf. Leila enfatiza que estas propostas serão encaminhadas ao
120 MDA em Brasília e ao Governo Estadual, pois pretende propor melhorias para o acesso ao crédito
121 rural. **Bernardo Vergopolen** afirma que os desafios e a proposta apresentada por Leila vem de
122 encontro às demandas da agricultura familiar em relação ao crédito e ressalta que a situação dos
123 jovens assentados, ao não serem reconhecidos como agricultores, terão o seu acesso à previdência
124 prejudicado. Relatou as dificuldades que enfrenta ao tentar acessar o crédito para a produção na
125 agrofloresta, uma vez que o banco não aceita as mudas de erva mate e outras de produção própria,
126 assim como a exigência de garantias próprias ou de avalista com garantias seguradas. Ressaltou que
127 todas estas dificuldades inviabilizam o acesso do agricultor e por isso, ano a ano, vem diminuindo o
128 acesso. Os técnicos da ATER têm boa vontade a tentam viabilizar, mas quando o projeto chega no
129 banco se torna inviável. Sugere que em vez de dois por cento de juro, como foi proposto por Leila,
130 seja juro zero e que seja retomada a política de desenvolvimento territorial, porque proporciona
131 espaço de mobilização e debate das questões de interesse de cada região, pela própria população,
132 encaminhando propostas adequadas para cada realidade. **Jefferson Meister**, relata que no Plano
133 Plurianual da SEAB foram estabelecidos indicadores para o SEAGRI trabalhar com o Pronaf B, que
134 são o percentual de população vulnerável sendo assistida pela ATER e o aumento no número de
135 acessos ao Pronaf. Cabe agora organizar uma Plano de Ação para alcançar estes indicadores. **Leila**
136 divulga que no dia cinco de dezembro, ocorrerá o Primeiro Seminário de Reconstrução da Política de
137 Desenvolvimento Territorial no Paraná, na modalidade on line. **Richardson** cita que o Banco do
138 Agricultor Paranaense é um programa que objetiva ampliar o acesso de mulheres e jovens e demais
139 agricultores, através da equalização de taxas de juros, visando estimular determinadas atividades
140 produtivas. Informa que a partir do próximo ano deverá retornar o Fundo de Aval, em uma nova
141 perspectiva, visando facilitar o acesso dos agricultores. **Leila** informa que estas questões por ela
142 apresentadas serão encaminhadas ao MDA em Brasília e sugere que seja feito um documento do
143 Estado ao MDA tratando do assunto. **Miriam Fuckner** propõe a criação de uma Câmara Setorial para
144 tratar especificamente das questões de crédito. **Marcos Maciel** reforça que esta Câmara Setorial
145 deve iniciar os trabalhos o quanto antes, para que sejam elaboradas propostas que possam ser
146 incluídas no Plano Safra, que geralmente é lançado no mês de maio. Assim, em março a Câmara
147 deveria ter uma proposta aprovada no CEDRAF para ser encaminhada com tempo de ser
148 incorporada pelo plano safra 2024/25. **Hur Ben** lembra que há uma proposta para a realização de um
149 seminário de crédito, inclusive com a realização de encontros regionais. Sugere que isto seja
150 executado e que em março, seja realizado um encontro estadual, com a participação de
151 representantes de Brasília. Ficou aprovado que seria constituído um grupo de trabalho, que
152 futuramente poderia ser a Câmara Setorial de Crédito, para iniciar as discussões no início do ano.
153 **Item 7 – Informes da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento: Richardson de Souza**,
154 informa que, em decorrência das catástrofes ocorridas pelo excesso de chuvas, o governo do Paraná
155 mobilizou os deputados na assembleia legislativa que aprovaram lei criando o Fundo Estadual para
156 Calamidades Públicas, o que possibilitará agilizar recursos para os municípios atingidos. A lei já está
157 regulamentada, constituindo um grupo gestor formado por várias entidades, que já está definindo as
158 estratégias para o atendimento emergencial. Informa que já foi realizado levantamento de todas as

159 estradas rurais que foram afetadas, sendo que os recursos já estão sendo repassados aos
160 municípios. Em relação ao Programa Leite das Crianças cita que foi lançado um novo edital, sendo
161 contratadas quarenta e quatro usinas de laticínios, as quais já estão fazendo a entrega do leite
162 enriquecido com Premix, atendendo cento e onze mil crianças, com a aquisição de quarenta milhões
163 de litros de leite anualmente, com investimento de cento e oitenta milhões de reais neste ano que
164 finda. Relata que está em processo final a contratação dos projetos aprovados através do edital do
165 programa Compra Direta, através do qual serão adquiridas cerca de sete mil e oitocentas toneladas
166 de alimentos, envolvendo cento e setenta e nove organizações da agricultura familiar, e um
167 investimento sessenta milhões de reais. Informa que o Estado trabalhará com recursos do Programa
168 de Aquisição de Alimentos federal, o qual será dirigido exclusivamente a comunidades indígenas.
169 Avisa que será publicado o resultado do Edital COOPERA Paraná, indicando as cooperativas que
170 tiveram seus projetos aprovados. **Item 8 – Assuntos Gerais:** Não foi apresentado nenhum assunto
171 neste item. **Item 9 – Encerramento:** Sem mais nada a declarar **Richardson de Souza**, encerrou a
172 reunião agradecendo a presença dos conselheiros e demais participantes. Eu Miriam Fuckner,
173 Secretária Executiva, redigi a presente ata que deverá passar por análise, correção e aprovação dos
174 conselheiros e após será assinada por mim e pelo Presidente do CEDRAF. Esta reunião poderá ser
175 acessada na plataforma do You Tube do IDR-Paraná, através do link <https://www.youtube.com/watch?v=oThY6K8tC9U>.
176

177

178 Miriam Fuckner
179 Secretária Executiva

Norberto Anacleto Ortigara
Presidente do CEDRAF